



Working
Paper

514

CCGI - Nº 18
Working Paper Series
OUTUBRO DE 2019



SAO PAULO SCHOOL
OF ECONOMICS

A OCDE E O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Vera Thorstensen
Antonio Pedro Faria

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV Nº19

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV EESP

www.fgv.br/eesp

A OCDE E O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Vera Thorstensen¹
Antonio Pedro Faria²

Resumo: A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi fundada em 1961 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, melhoria do padrão de vida populacional e expansão do comércio mundial de forma multilateral. A organização atua por meio de estudos e debates realizados por seus membros que abordam uma ampla gama de assuntos, posteriormente elaborando normas e diretrizes promovendo as melhores práticas. Um dos assuntos de grande interesse da organização são os investimentos estrangeiros, com ênfase para aqueles voltados para obras de infraestrutura. A OCDE possui dezenas de normas sobre investimentos, parte com caráter vinculante e parte não-vinculante. O Brasil converge com a agenda da OCDE tendo aderido à parte dessas normas, porém ainda não internalizou muitas outras, em parte por problemas de financiamento dos investimentos, indecisão dos órgãos executivos, tributação, concorrência e má estruturação dos projetos. Dentre aquelas que o país aderiu, alguns resultados concretos surgiram, tais como os Pontos Nacionais de Contato, Ombudsman de Investimento e o Comitê Nacional de Investimentos figuram entre os avanços mais importantes.

Palavras-chave: OCDE, Investimentos, Infraestrutura, Brasil na OCDE, Acesso.

Abstract: The Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) was founded in 1961 with the aim of promoting economic development, improving living standards and expanding world trade on a multilateral basis. The organization operates through studies and discussions by its members, addressing a wide range of issues, later developing standards and guidelines promoting best practices. One of the organization's matter of great interest is foreign investments, especially those focused on infrastructure. The OECD has many investment regulations, partly binding and partly non-binding. Brazil is in line with the OECD agenda and has adhered to part of these standards, but has not yet internalized many others, partly due to investment financing problems, executive agencies indecision, taxation, competition and poor project structuring. Among those that the country has joined, some tangible results can be perceived, such as the National Contact Points, the Investment Ombudsman and the National Investment Committee are among the most important advances.

Keywords: OECD, Investment, Infrastructure, Brazil at OECD, Accession.

¹ Professora da Escola de Economia de São Paulo da FGV, Coordenadora do Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos (CCGI/FGV) e Titular da Cátedra OMC no Brasil.

² Pesquisador do CCGI/FGV. Graduado em Economia pela FEA-USP e em Direito pela PUC-SP. Mestrando em Direito e Desenvolvimento pela Escola de Direito de São Paulo da FGV.

1. Introdução

As origens da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE remontam ao período pós 2ª Guerra Mundial e aos acordos europeus para execução do Programa de Recuperação Europeia, ou *European Recovery Program* – ERP, proposto pelos Estados Unidos, e que ficou conhecido como Plano Marshall.

Percebendo que a conjuntura europeia se tornou crítica, o Estados Unidos decidiu intervir por meio de aportes de capital, restaurando o poder de importação dos maiores parceiros comerciais americanos que estavam naquele momento incapacitados de manter o fluxo comercial, dessa forma impedindo uma nova deflagração europeia e contendo o avanço dos partidos políticos radicais. (WOODWARD, 2009)

Líderes de 16 países europeus: Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Turquia e Reino Unido, reuniram-se em uma Conferência, em Paris, em julho de 1947, para traçar um plano de recuperação econômica para o pós-guerra. O resultado foi a criação do Comitê Europeu de Cooperação Econômica, ou *Committee of European Economic Cooperation* - CEEC, que se tornaria responsável por gerenciar as etapas do Plano de Recuperação (WOLFE, 2008, p. 25 *apud* THORSTENSEN *et al.* 2018).

Reconhecendo que a execução do Programa seria melhor dinamizada com o estabelecimento de um organismo internacional permanente e voltado para esse fim, o Comitê reuniu-se em nova Conferência em Paris, em abril de 1948, onde foi assinada a Convenção para estabelecimento da chamada Organização para Cooperação Econômica Europeia - OCEE, ou *Organisation for European Economic Cooperation* – OEEC (BARBEZAT, 2009, p. 34 *apud* THORSTENSEN *et al.* 2018). Essa primeira Organização foi composta pelos 16 países integrantes do Comitê Europeu de Cooperação Econômica, pela Alemanha Ocidental e pelo antigo Território Livre de Trieste. Contava com os Estados Unidos e Canadá como observadores (WOLFE, 2008, p. 26 *apud* THORSTENSEN *et al.* 2018).

O objetivo da OCEE era promover a cooperação econômica entre seus membros e, como atividade inicial, acompanhar a execução do Plano Marshall para reconstrução da Europa, por meio do ERP. Objetivava, ainda, incentivar o desenvolvimento do comércio intra-europeu promovendo a redução de tarifas e outras barreiras à expansão do comércio, analisar a viabilidade de criação de uma união aduaneira ou área de livre comércio, estudar a multilateralização de pagamentos e alcançar melhores condições de trabalho (OCDE, 2019).

A OCEE possuía uma estrutura organizacional semelhante à atual OCDE, com um Conselho, Secretariado e Comitês que cuidavam de temas diversos, como alimentos e agricultura, carvão, eletricidade, ferro e aço, matérias-primas, maquinários, metais não ferrosos, produtos químicos, madeira, papel, têxteis, transporte marítimo e terrestre, políticas, balanças de pagamento, comércio, pagamentos intra-europeus e mão de obra (OCDE, 2019).

Ao final da década de 50, a OCEE perdeu sua importância. Primeiramente, o Plano Marshall foi encerrado em 1952, reduzindo a necessidade de coordenação entre os membros. Posteriormente, com a consolidação do sistema Bretton Woods, o sistema de pagamentos interno europeu perdeu importância: se antes todos os países precisavam da OCEE para garantir uma rápida e fácil conversibilidade entre moedas distintas, agora o dólar eliminava a necessidade de sistemas complexos e bem coordenados dentro do continente.

Com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (“OTAN”), encarregada de cuidar das políticas de apaziguamento de conflitos europeus, os membros da OCDE, que também eram membros da OTAN, passaram a dar maior preferência às negociações sobre ajuda econômica e militar via a recém-criada organização, ao invés da própria OCEE. Paralelamente, com a promulgação do *Mutual Security Act* pelos Estados Unidos, em 1951, o país criou uma Agência de Segurança Mútua, ou *Mutual Security Agency* – MSA, cujas atividades consistiam em desenvolver e administrar programas de apoio à defesa e assistência econômica em países considerados aliados dos EUA. A atuação da Agência na Europa era desenvolvida junto aos membros da OTAN, além de Áustria, Espanha e Iugoslávia (U.S., 1952, p. 438-439), novamente deixando a OCEE em segundo plano.

Por fim, com a criação da Comunidade Econômica Europeia, precursora da atual União Europeia, os assuntos econômicos migraram em peso para essa nova organização, fazendo com que a OCEE fosse de certa forma “esvaziada de sentido”. (OCDE, 2019). Após a perda de importância da OCEE, seus membros, mais os Estados Unidos e o Canadá, decidiram prosseguir com a cooperação entre si para fortalecimento da economia europeia, e uniram-se para a criação de uma nova organização internacional que preservasse a missão da organização original. Assinando a Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em dezembro de 1960, a qual entrou em vigor em 31 de setembro de 1961, com sede em Paris. Assim surgiu a OCDE, com o objetivo de ampliar o mandato de atuação e fortalecer a tradição de cooperação já existente entre os membros.

2. Objetivos

A OCDE estabelece como objetivos o desenvolvimento de políticas que promovam: a) crescimento econômico sustentável, empregos e elevados padrões de vida nos membros, com a manutenção de estabilidade financeira e contribuição ao desenvolvimento da economia mundial; b) expansão econômica dos membros e não membros em processo de desenvolvimento econômico; e c) a expansão do comércio mundial em bases multilaterais e não discriminatórias, conforme regras internacionais.

O artigo 2 da Convenção determina que os membros, por sua vez, devem ser comprometidos com o uso eficiente de suas fontes econômicas, o desenvolvimento científico e tecnológico, a busca por políticas orientadas para o crescimento econômico e estabilidade financeira interna e externa, a redução ou eliminação de obstáculos ao comércio de bens e serviços e a liberalização de movimento de capitais. Devem ser comprometidos com a contribuição ao desenvolvimento econômico dos membros e não membros, especialmente por meio de fluxos de capitais, tendo em conta a importância para suas economias do recebimento de assistência técnica e expansão de mercados de exportação.

Após a criação da OCDE em 1960, ao longo das décadas seguintes, a Organização expandiu-se, tanto nos seus objetivos, como em número de membros. Além dos temas de política econômica originalmente tratados, a OCDE abarca, hoje, estudos, análises e estabelecimento de instrumentos legais diversos em diversas áreas temáticas que abrangem políticas públicas, ambiente de negócios, governança pública, dentre outras.

A grande variedade de temas tratados demonstra a capacidade de articulação da Organização e sua versatilidade em abordar temas diversos e inter-relacionados, de forma a incluí-los na agenda de desenvolvimento e crescimento dos membros e não membros parceiros.

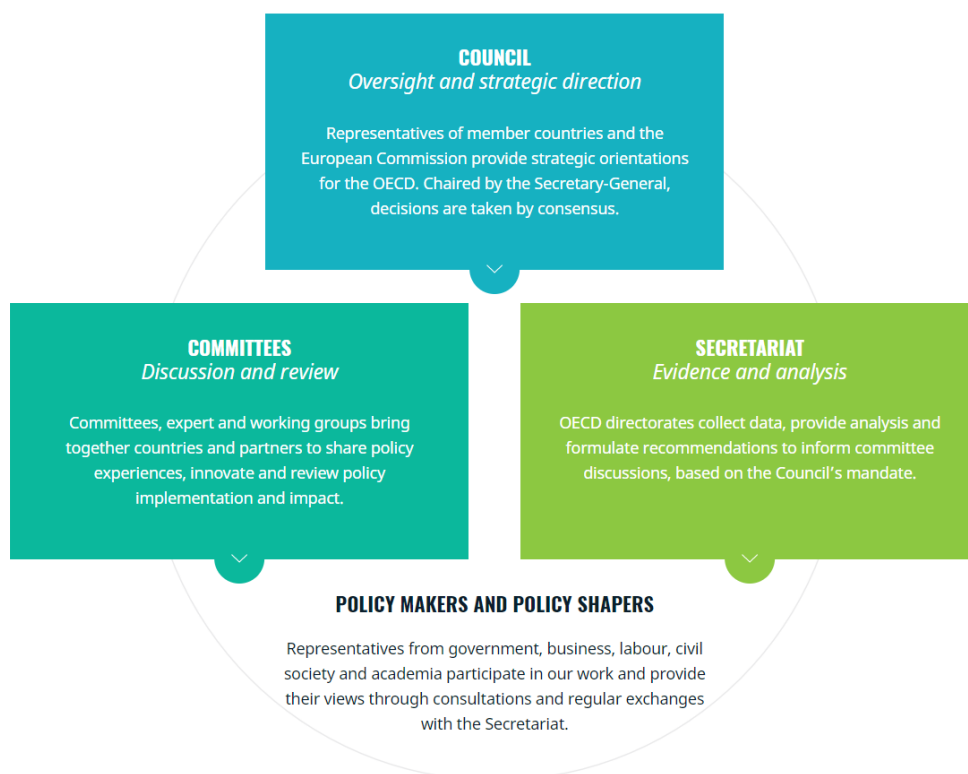
3. O Comitê de Investimentos da OCDE

A OCDE possui uma estrutura fundada em três órgãos: o i) Conselho, que é o órgão decisório e executivo, composto por representantes de todos os países membros, também responsável pelo estabelecimento de instrumentos legais (decisões, recomendações, declarações, entendimentos e acordos internacionais) elaborados a partir das atividades dos Comitês, o ii) Secretariado, que acompanha e dá suporte ao desenvolvimento das atividades dos comitês temáticos, e seus iii) Comitês. Os diversos Comitês, Grupos de Trabalho e Grupos Especializados desenvolvem estudos em temas diversos, multidisciplinares e de relevância global.

A organização se diversificou e internalizou uma série de agendas. Os temas tratados pelos instrumentos jurídicos na OCDE são catalogados e divididos em 17 áreas: (i) agricultura e alimentação; (ii) desenvolvimento; (iii) economia; (iv) educação; (v) emprego; (vi) energia; (vii) meio ambiente; (viii) finanças e investimentos; (ix) governança; (x) indústria e serviços; (xi) energia nuclear; (xii) ciência tecnologia; (xiii) assuntos sociais, migração, saúde; (xiv) tributação; (xv) comércio; (xvi) transporte; (xvii) desenvolvimento urbano, rural e regional.

A organização segue realizando o levantamento de dados, análises, e elaboração de estatísticas e diretrizes de boas práticas que podem eventualmente ser transformadas em instrumentos legais. São também responsáveis pela realização das revisões por pares (*peer reviews*).

Figura 1 – Estrutura da OCDE



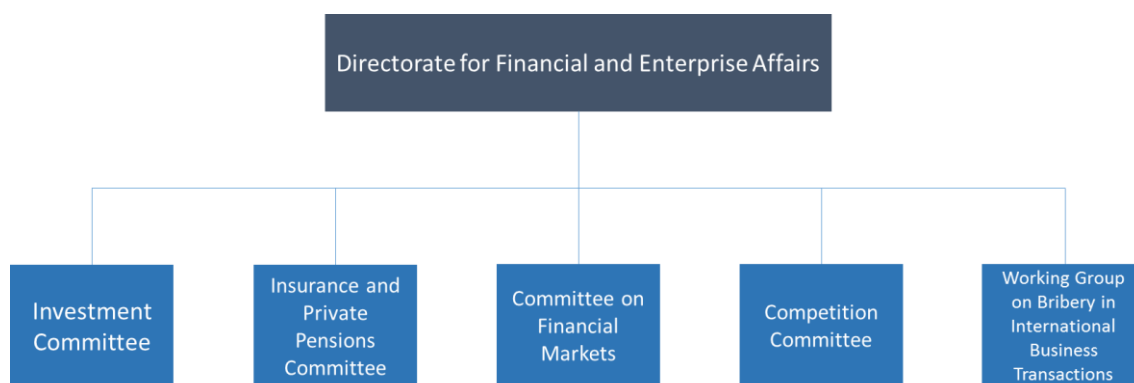
Fonte: OCDE

Atualmente, o Comitê da OCDE responsável por tratar das questões sobre investimentos estrangeiros é o Comitê de Investimentos (*Investment Committee*), que existe sob esta

denominação desde 2004, quando foi criado a partir da fusão de outros dois Comitês pré-existent: o Comitê de Investimento Estrangeiro e Empresas Multinacionais (*Committee on International Investment and Multinational Enterprises* – CIME), e o Comitê sobre Movimentos de Capitais e Transações Invisíveis (*Committee on Capital Movements and Invisible Transactions* - CMIT) (OCDE, 2019).

A coordenação do Comitê é realizada pela Diretoria de Assuntos Financeiros e Empresariais (*Directorate for Financial and Enterprise Affairs*), que é um dos departamentos dentro do Secretariado. Essa Diretoria, além de coordenar o Comitê de Investimentos, coordena outros quatro Comitês e um Grupo de Trabalho, a saber: o Comitê de Seguros e Pensões Privadas, o Comitê sobre Mercados Financeiros, o Comitê de Concorrência, e o Grupo de Trabalho sobre Suborno em Transações Comerciais Internacionais.

Figura 2- Estrutura da Diretoria de Assuntos Financeiros e Empresariais



Fonte: Dados OCDE (2019). Elaboração CCGI/FGV

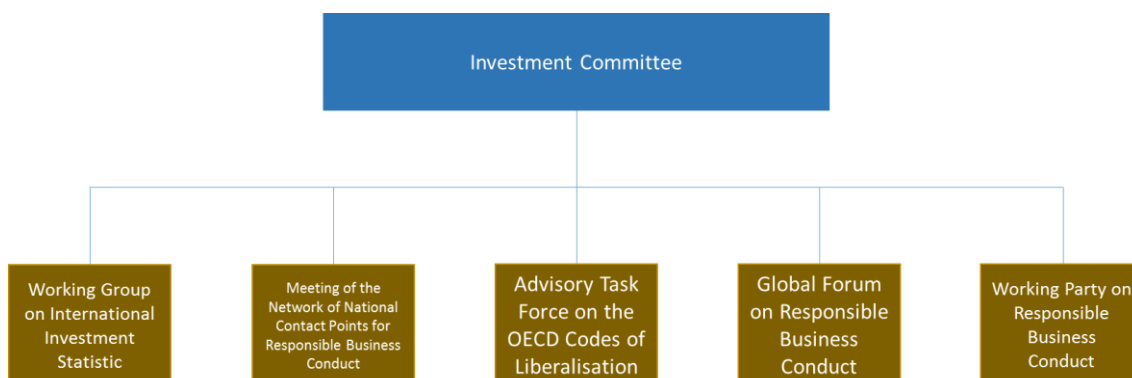
Dentre as funções do Comitê de Investimentos está a de administrar os instrumentos da OCDE sobre liberalização nas áreas de investimentos estrangeiros e serviços, o que inclui interpretar, revisar e acompanhar a implementação pelos países da Declaração sobre Investimentos Estrangeiros e Empresas Multinacionais, suas Diretrizes sobre Empresas Multinacionais e suas Decisões sobre procedimentos.

O Comitê de Investimentos também é responsável por interpretar e acompanhar a implementação dos Códigos de Liberalização sobre Movimento de Capitais e Operação de Invisíveis; funcionar como fórum de discussões entre as partes interessadas sobre os temas de sua responsabilidade; resolver eventuais controvérsias surgidas na implementação de seus instrumentos; preparar interpretações e esclarecimentos sobre seus textos quando necessário; conduzir a realização de revisões por pares (*peer reviews*) das políticas implementadas pelos países aderentes aos seus instrumentos e fazer recomendações; auxiliar os países na implementação dos instrumentos; criar novas regras quando considerar necessário; desenvolver e publicar análises; além de promover a liberalização de políticas sobre movimentos de capitais, investimentos estrangeiros diretos, comércio e serviços (OCDE, 2019).

O Comitê ainda coordena as atividades de outros cinco Grupos de Trabalho e Especializados: i) Grupo de Trabalho sobre Estatísticas em Investimento Estrangeiro, ii) Reunião da Rede de

Pontos de Contato Nacionais para Conduta Empresarial Responsável, iii) Força Tarefa Consultiva sobre os Códigos de Liberalização da OCDE, iv) Fórum Global sobre Conduta Empresarial Responsável, e v) Grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial Responsável.

Figura 3 - Estrutura do Comitê de Investimentos



Fonte: Dados OCDE (2019). Elaboração CCGI/FGV

Na condução de seus trabalhos, o Comitê busca promover fóruns de discussões entre formuladores de políticas e administradores de países membros e não membros da OCDE, incluindo-se ONGs e representantes de entidades empresariais e trabalhistas, como o BIAC (*Business and Industry Advisory Committee*) (BIAC, 2018) e o TUAC (*Trade Union Advisory Committee*) (TUAC, 2018), que são organismos representativos de classes, externos à OCDE. Ambos possuem sede em Paris e atuam ativamente nas reuniões da OCDE, como comitês consultivos. Outro importante *stakeholder* institucional da OCDE, representante da sociedade civil, é a OCDE Watch (OECD WATCH, 2018), uma rede internacional que reúne mais de 130 ONGs interessadas no acompanhamento e implementação das Diretrizes.

Os três organismos de representação empresarial e de trabalhadores, BIAC e TUAC, além da OCDE Watch, são periodicamente convocados pelo Comitê de Investimentos e pelo Grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial Responsável para apresentarem suas observações, avaliações e sugestões e, especialmente, sobre as Diretrizes para Empresas Multinacionais, possuindo ativo papel em suas revisões. O referido Grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial Responsável (*Responsible Business Conduct*), coordenado pelo Comitê de Investimentos, supervisiona a implementação e demais questões relacionadas às Diretrizes sobre Multinacionais da OCDE e cuida da realização do Fórum Global anual sobre Conduta Empresarial Responsável (BIAC, 2015, p. 17).

Os trabalhos conduzidos pelo Comitê de Investimentos e por seus antecessores já deram origem a diversos documentos que foram aprovados como instrumentos jurídicos pelo Conselho da OCDE, dos quais, 25 permanecem em vigor. Conforme informações contidas no site da OCDE em agosto de 2019, dentre os 253 instrumentos legais da OCDE em vigor, o Brasil era considerado como tendo aderido a um total de 84, sendo 13 administrados pelo Comitê de Investimentos (OCDE, 2019).

4. Instrumentos Legais da OCDE

A OCDE conta com uma série de instrumentos legais, são eles:

- Decisões (*decisions*) são instrumentos legais de caráter vinculante que devem ser seguidos por todos os membros da OCDE que não façam reservas, se abstenham ou denunciem a Decisão no momento em que for aprovada. São normas que, apesar de não serem tratados internacionais, possuem a mesma força legal e todos os membros aderidos devem observar e implementar suas disposições.
- Recomendações (*recommendations*), que compõe a maioria dos instrumentos da OCDE, são instrumentos legais que não possuem caráter vinculante, mas possuem grande força moral e são levados em consideração pelos países membros na implementação de políticas públicas, bem como durante os processos de revisão de políticas públicas dos países membros.
- Declarações (*declarations*) são textos solenes, estabelecendo compromissos políticos na forma de princípios gerais ou objetivos de longo prazo. São instrumentos legais sem caráter vinculante. Normalmente são preparadas pelos próprios Comitês e consistem apenas em uma declaração de vontades, metas e objetivos genéricos dos países membros para um determinado assunto. Os acordos internacionais (*international agreements*) são instrumentos jurídicos vinculantes que foram negociados e concluídos no âmbito da Organização.
- Os entendimentos (*arrangement, understanding and others*) são instrumentos que foram concluídos no âmbito da Organização, a partir de suas regras, ao longo do tempo, e são juridicamente vinculantes.

A tabela a seguir elenca as diversas normas da OCDE que estão sob responsabilidade individual ou conjunta do comitê de investimentos:

Instrumentos Legais do Comitê de Investimentos em vigor	Data de adoção	Situação do Brasil ago/19
OECD/LEGAL/0443 Recommendation of the Council on the OECD Due Diligence Guidance for Responsible Business Conduct	30/05/2018	Sim
OECD/LEGAL/0437 Recommendation of the Council on the OECD Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains in the Garment and Footwear Sector	17/05/2017	Sim
OECD/LEGAL/0428 Recommendation of the Council on the OECD-FAO Guidance for Responsible Agricultural Supply Chains	13/07/2016	Sim
OECD/LEGAL/0427 Recommendation of the Council on the Due Diligence Guidance for Meaningful Stakeholder Engagement in the Extractive Sector	13/07/2016	Não
OECD/LEGAL/0412 Recommendation of the Council on the Policy Framework for Investment	13/05/2015	Não
OECD/LEGAL/0386 Recommendation of the Council on Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas	25/05/2011	Sim
OECD/LEGAL/0372 Recommendation of the Council on Guidelines for Recipient Country Investment Policies relating to National Security	25/05/2009	Não

OECD/LEGAL/0365	Declaration on Sovereign Wealth Funds and Recipient Country Policies	05/06/2008	Não
OECD/LEGAL/0363	Recommendation of the Council on the OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment	22/05/2008	Não
OECD/LEGAL/0349	Recommendation of the Council on Principles for Private Sector Participation in Infrastructure	20/03/2007	Não
OECD/LEGAL/0307	Decision of the Council on the OECD Guidelines for Multinational Enterprises	27/06/2000	Sim
OECD/LEGAL/0263	Third Revised Decision of the Council concerning National Treatment	12/12/1991	Sim
OECD/LEGAL/0261	Decision of the Council on Conflicting Requirements being imposed on Multinational Enterprises	05/06/1991	Sim
OECD/LEGAL/0255	Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and Related Measures concerning Access to Local Bank Credit and the Capital Market	01/12/1989	Não
OECD/LEGAL/0250	Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and National Treatment related Measures in the Category of Official Aids and Subsidies	11/04/1989	Sim
OECD/LEGAL/0247	Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and National Treatment related Measures concerning the Services Sector	22/02/1989	Sim
OECD/LEGAL/0233	Recommendation of the Council concerning Member Country Exceptions to National Treatment and National Treatment related Measures concerning Investment by Established Foreign-Controlled Enterprises	10/07/1987	Sim
OECD/LEGAL/0231	Recommendation of the Council concerning Common Principles of Shipping Policy for Member countries	13/02/1987	Não
OECD/LEGAL/0226	Recommendation of the Council on Member Country Measures concerning National Treatment of Foreign-Controlled Enterprises in OECD Member Countries and Based on Considerations of Public Order and Essential Security Interest	16/07/1986	Sim
OECD/LEGAL/0213	Decision of the Council on International Investment Incentives and Disincentives	17/05/1984	Sim
OECD/LEGAL/0144	Declaration on International Investment and Multinational Enterprises	21/06/1976	Sim
OECD/LEGAL/0084	Resolution of the Council on the Draft Convention on the Protection of Foreign Property	12/10/1967	Não
OECD/LEGAL/0063	Recommendation of the Council concerning the Conclusion of Bilateral Agreements for the Co-Production of Films	21/07/1964	Não
OECD/LEGAL/0001	Decision of the Council Adopting the Code of Liberalisation of Current Invisible Operations	12/12/1961	Não
OECD/LEGAL/0002	Decision of the Council Adopting the Code of Liberalisation of Capital Movements	12/12/1961	Não

Fonte: OECD. Elaborado por CCGI/FGV

5. Órgãos do Comitê de Investimentos

A presente seção discorre sobre os cinco subgrupos³ do Comitê de Investimentos. O papel de cada um desses grupos (ou fóruns) é auxiliar e tornar concretas as missões de que foram incumbidos.

5.1. Working Group on International Investment Statistics

Antes conhecido como *Workshop on International Investment Statistics*, o Grupo de Trabalho em Estatísticas sobre Investimentos Internacionais (WGIIS, em inglês) foi constituído em 8 de março de 1999 e teve seu mandato renovado pelo Comitê de Investimentos em 17 de Outubro de 2013.

Sua função, nos termos da DAF/INV/STAT(2013)1 e revisada pela DAF/INV(2013)15/REV1, é auxiliar o Comitê de Investimentos em tarefas como: (i) o desenvolvimento de recomendações relacionadas ao *Benchmark* de Definição de Investimento Direto Estrangeiro da OCDE; (ii) acompanhar as atividades das empresas multinacionais e realizar análises empíricas que amparem as políticas adotadas pelo Comitê de Investimentos; (iii) conduzir pesquisas e propor ajustes nas definições do Benchmark, bem como estatísticas e análises correlatas; (iv) prover estatísticas atualizadas e abrangentes necessárias aos trabalhos do Secretariado e suas diretorias, nos termos e definições do Benchmark de Definição de Investimento Direto Estrangeiro da OCDE.

Ainda de acordo com o disposto em seu mandato, o Grupo é responsável por monitorar e promover a coordenação de trabalhos estatísticos dentro da OCDE e também coordenar as análises de dados com os demais organismos internacionais, no âmbito de investimentos estrangeiros e multinacionais.

O Grupo também opera como um fórum de estatísticos dos países membros, onde são discutidas boas práticas e implementação de padrões internacionais, objetivando estatísticas atualizadas, confiáveis e comparáveis aos estatísticos, para que esses desenvolvam indicadores relevantes e necessários às análises econômicas globais, ainda dentro do campo de investimentos internacionais e empresas multinacionais.

Por fim, o WGIIS é responsável por analisar a adequação dos membros que estão acessando a OCDE aos parâmetros estabelecidos pelo Benchmark de Definição de Investimento Direto Estrangeiro da OCDE.

5.2. Working Party on Responsible Business Conduct

Instituído em 28 de fevereiro de 2013, o Grupo de Trabalho sobre Condutas Empresariais Responsáveis (WPRBC) foi instituído para auxiliar o Comitê de Investimentos na

³Os supracitados Grupo de Trabalho sobre Estatísticas em Investimento Estrangeiro, Reunião da Rede de Pontos de Contato Nacionais para Conduta Empresarial Responsável, Força Tarefa Consultiva sobre os Códigos de Liberalização da OCDE, Fórum Global sobre Conduta Empresarial Responsável e Grupo de Trabalho sobre Conduta Empresarial Responsável.

implementação da Seção I da Declaração de Investimentos Internacionais e Empresas Multinacionais, no que diz respeito às responsabilidades instituídas pelas Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais. (CE (2013)5)

De acordo com o seu mandato e consequentes revisões, o grupo é responsável por:

- Assessorar a efetividade das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais e os Pontos de Contato Nacionais, bem como implementar junto com esses a chamada “agenda proativa”;
- O WPRBC também atua, em nome do Comitê de Investimentos, junto aos países não aderidos à OCDE no cumprimento e na promoção das Diretrizes para Empresas Multinacionais;
- Coordenar e contribuir com o Fórum Global sobre Condutas Empresariais Responsáveis;
- Consultar periodicamente a BIAC, TUAC e OCDE *Watch*, demais órgãos da OCDE, organismos internacionais, além de outros parceiros internacionais e demais especialistas sobre assuntos atinentes às Diretrizes em nome do Comitê de Investimentos; e
- Realizar tarefas relacionadas às Diretrizes e demais tópicos sobre conduta empresarial responsável quando requisitado pelo Comitê.

5.3. Global Forum on Responsible Business Conduct

O Fórum Global sobre Condutas Empresariais Responsáveis é realizado anualmente desde 2013 e reúne empresas, sindicatos, integrantes da sociedade civil e acadêmicos para discutir questões sociais e desafios econômicos relacionados a condutas empresariais responsáveis.

5.4. Advisory Task Force on The OECD Codes of Liberalisation

A Força Tarefa sobre os Códigos de Liberalização da OCDE é um órgão consultivo criado em 6 de janeiro de 2012 por iniciativa do Comitê de Investimentos, Comitê sobre Mercados Financeiros e Comitê de Seguros e Pensões Privadas. Ou seja, a Força Tarefa é um subcomitê que responde à três diferentes comitês (DAF/INV/M(2011)7).

Seu papel é examinar se os países membros da OCDE estão cumprindo com suas obrigações perante os Códigos de Liberalização em vigor, assessorar os países não integrantes da OCDE a cumprir os códigos para obter influxo de capital e serviços financeiros, prestar informações e consultoria aos países que não aderiram aos códigos sobre assuntos relacionados e realizar análises sobre quaisquer problemas dos códigos.

5.5. Meeting of The Network of National Contact Points For Responsible Business Conduct

Com a sua primeira reunião em 2001, a OCDE instituiu um encontro de Pontos de Contato Nacionais para Condutas Empresariais responsáveis. Consiste em eventos onde os Pontos de Contato Nacionais devem se reunir para discutir boas práticas e compartilhar experiências.

6. Normas Sobre Investimentos

A presente seção descreve parte das normas relevantes, vinculantes ou não, que foram aprovadas pelo Conselho da OCDE e tiveram iniciativa ou estão sob a tutela do Comitê de Investimentos. O critério de seleção utilizado para selecionar as normas trabalhadas são a sua relevância e a necessidade de adaptação dos países para o disposto em seu conteúdo. Parte destas normas já foi incorporada pelo Brasil, enquanto algumas ainda seguem pendentes, ao menos durante a elaboração do presente artigo.

6.1. Decision of the Council on International Investment Incentives and Disincentives

Após a Declaração sobre Investimentos Estrangeiros e Empresas Multinacionais, de 1976, o Comitê de Investimentos e Empresas Multinacionais (precursor do Comitê de Investimentos) propôs uma norma hoje denominada “Decisão do Conselho sobre Incentivos e Desincentivos em Investimentos Internacionais”, que foi aprovada pelo Conselho da OCDE no mesmo ano e posteriormente alterada duas vezes: primeiramente em 1979 e posteriormente em 1984.

De acordo com a Decisão, seria esperado que os países membros eventualmente tomassem decisões que alterassem o fluxo de Investimento Estrangeiro em outro país. Desta forma, uma das funções do Comitê de Investimentos seria, mediante provocação do país afetado negativamente, estudar a situação e propor solução que ao mesmo tempo permitisse a autonomia de políticas públicas dos países que causassem danos, mas que mitigassem potenciais danos a outros membros.

6.2. Tratamento Nacional Diferenciado

A OCDE instituiu em 1976 a Declaração do Conselho sobre Tratamento Nacional (OECD/LEGAL/0141), posteriormente revisada diversas vezes até a sua configuração atual (OECD/LEGAL/0263). A Declaração, que possui caráter vinculante entre os países membros, visa mitigar ou acabar com tratamentos especiais ou favorecimento de nações específicas. Como uma forma de cumprir com o que fora estabelecido tanto no Código de Liberalização dos Movimentos de Capital como o disposto no mandato do Comitê de Investimentos.

De acordo com a Decisão, sempre que um país instituir alguma norma ou medida que trate outros países de forma diferenciada, esse deve notificar a OCDE, bem como os países que se sentirem prejudicados pela medida. A OCDE deverá então apreciar a normativa em um prazo não superior a 3 anos e propor alternativas que: (i) façam com que o país desista de implementar a medida, ou (ii) adotem práticas que mitiguem os efeitos do tratamento diferenciado.

Posteriormente, entre 1986 e 1989, a OCDE lançou uma série de Recomendações voltadas para o tratamento nacional diferenciado em mercados específicos ou em contextos específicos.

1. Recommendation of the Council on Member Country Measures concerning National Treatment of Foreign-Controlled Enterprises in OECD Member Countries and Based on Considerations of Public Order and Essential Security Interest

De acordo com esta recomendação (OECD/LEGAL/0226) de 1986, muitos países estariam tratando empresas estrangeiras e empresas nacionais de forma diferenciada dentro de seus respectivos territórios nacionais, principalmente em questões de ordem pública e segurança.

A solução proposta foi a recomendação para que os países membros adotassem medidas isonômicas em licitações e compras públicas, bem como criassem uma legislação complementar para que as empresas estrangeiras cumprissem todas as regras de segurança necessárias, mas sem comprometer a sua operação.

2. *Recommendation of the Council concerning Member Country Exceptions to National Treatment and National Treatment related Measures concerning Investment by Established Foreign-Controlled Enterprises*

A medida (OECD/LEGAL/0233), de 1987, aponta que uma série de países possuem regras específicas para o funcionamento de empresas estrangeiras dentro de seu território, tais como: notificação compulsória de investimentos que não são exigidos para as empresas nacionais, aprovação prévia para participação de capital em empresas controladas nacionalmente, regras especiais para aquisição de terras, etc;

Por esse motivo a Organização resolveu, por meio desta regra, admitir pontualmente um conjunto de exceções, citando cada país de forma expressa e determinando para os demais países membros e os que aderissem à norma respeitassem as exceções elencadas.

3. *Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and National Treatment related Measures concerning the Services Sector*

A norma (OECD/LEGAL/0247) de 1989 meramente expande a lista de exceções admitidas para o tratamento diferenciado de nações no contexto do Setor de Serviços, para algumas nações específicas, nas áreas de: (i) *Banking* e finanças; (ii) transportes; (iii) mídia, transmissão de audiovisual e cinema; (iv) computação e comunicação; (v) turismo, recreação e compra de terras; e (vi) consultoria.

4. *Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and National Treatment related Measures in the Category of Official Aids and Subsidies*

A recomendação (OECD/LEGAL/0250), também de 1989 expande a lista de exceções admitidas para o tratamento diferenciado de nações específicas no contexto de subsídios e assistência governamental, como, por exemplo, descontos tributários para empresas do setor de mineração, empréstimos governamentais, assistência ao cinema nacional e garantias às seguradoras.

5. *Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and Related Measures concerning Access to Local Bank Credit and the Capital Market*

A norma (OECD/LEGAL/0255) consiste em compromisso assumido pela Irlanda em tentar reduzir a restrição de empréstimos e acesso ao mercado de capitais imposta à estrangeiros e uma recomendação para que os países membros tentem reduzir o tratamento nacional diferenciado o máximo possível.

6.3. Resolution of the Council on the Draft Convention on the Protection of Foreign Property

Em 1967, a OCDE discutiu a criação de uma convenção sobre proteção da propriedade estrangeira em território nacional. De acordo com o projeto, os países membros deveriam garantir a inviolabilidade do direito de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras que constituíssem domicílio em seu território.

As discussões não avançaram porque os países do sul europeu acharam as regras demasiadamente rigorosas. Porém, no que pese a não aprovação da Convenção propriamente dita, foi aprovada Resolução (OECD/LEGAL/0084) contendo sua minuta, com o intuito de ser constantemente debatida e revisitada para que fosse potencialmente aprovada.

De acordo com o Projeto, todos os países deveriam proteger a propriedade estrangeira de qualquer forma de expropriação, sobretudo expropriações que não fossem isonômicas ao tratamento dado aos cidadãos nacionais. Caso a desapropriação fosse inevitável, ela deveria seguir: (i) devido processo legal; (ii) tratamento isonômico; e (iii) acompanhadas de justa compensação em prazo hábil.

O Projeto também discute formas de resolução de disputas entre partes (expropriante e expropriada), bem como terceiros que se sentirem afetados por uma determinada expropriação.

Na hipótese de desapropriação, o Projeto prevê a resolução por arbitragem em Tribunal Arbitral estabelecido, onde cada parte escolheria um árbitro e um terceiro árbitro seria escolhido por convenção de ambas as partes, na hipótese de as partes não chegarem a um acordo em até 60 dias.

Já terceiros afetados poderiam acionar qualquer tribunal, juizado ou tribunal arbitral de qualquer um dos dois países para exigir justa reparação oriunda de problemas causados pela desapropriação em questão e que os países deveriam adaptar seu direito interno para permitir o acesso à justiça de qualquer uma das partes.

6.4. Decision of the Council on Conflicting Requirements being imposed on Multinational Enterprises

A Decisão do Conselho sobre Conflitos de Exigências Impostas à Empresas Multinacionais (OECD/LEGAL/0261), de 1991, consiste em decisão direcionada aos países que acabam impondo às multinacionais em seu território obrigações distintas e por vezes conflitantes.

De acordo com a norma, o Comitê de Investimentos funciona como um fórum para solucionar os problemas, mediante denúncia da empresa atingida, estudos técnicos que analisariam a existência e grau de conflito das duas medidas impostas e a participação do país que perpetrou a norma, por meio de uma solução célere, consensual e de boa-fé.

A BIAC e TUAC também são convocadas em cada caso trazido ao Comitê para emitir um parecer sobre a questão.

6.5. Recommendation of the Council on Guidelines for Recipient Country Investment Policies relating to National Security

Instituído em 2009, a Recomendação do Conselho sobre Diretrizes de Políticas de Investimento Relacionadas à Segurança Nacional para Países Recipientes consiste em uma diretriz, não vinculante, cujo propósito é instruir os países membros e aderidos a criarem ou reformarem seu direito interno para permitir o investimento estrangeiro, mas sem constituir ônus às políticas de Segurança Nacional internas.

De acordo com as diretrizes, os países devem observar os seguintes princípios:

- Não discriminação – Governos devem adotar uma postura de não discriminação entre países e empresas. Caso se defrontem diante de uma hipótese onde é inevitável tratar de forma diferenciada, devem discriminar apenas no contexto daquela situação específica nas circunstâncias que cada caso exige.
- Transparência e Previsibilidade – Apesar da importância da confidencialidade, governos devem ser o mais transparente possível, de forma a tornar suas ações previsíveis.
 - Codificação e publicação – As normas principais e as que decorrerem delas devem estar organizadas e compiladas de forma conveniente e públicas, para que possam ser facilmente utilizadas e avaliadas pela sociedade.
 - Notificação prévia – Governos devem sempre notificar as partes afetadas por uma alteração de política pública e políticas de investimento.
 - Consultas – Governos devem buscar a visão e opinião dos interessados quando ele decidir mudar políticas de investimento.
 - Isonomia processual e previsibilidade – Prazos máximos para a análise e aprovação de investimentos estrangeiros devem ser estabelecidos, assim como proteção às informações sigilosas das empresas estrangeiras. Se possível, o vencimento do prazo sem análise deve implicar em aprovação automática para as empresas.
 - Divulgação das ações das políticas de investimento – Governos devem procurar publicar, seja pela imprensa oficial ou pela mídia nacional, qual é a sua política de investimentos e potenciais alterações a serem feitas, sempre protegendo informações confidenciais e comercialmente sensíveis.
- Proporcionalidade Regulatória – Restrições aos investimentos ou condições para as transações não devem ser maiores do que o necessário e devem ser evitados ao máximo quando existirem outras medidas satisfatórias para se atingir o mesmo objetivo.
 - Questões de segurança essenciais são soberanas – A OCDE reconhece a soberania dos países para decidirem as circunstâncias de sua segurança nacional e as medidas necessárias para que sejam garantidas. Todos os riscos e circunstâncias utilizados pelos países para restringir investimentos devem ser identificados e esclarecidos.
 - Focalização – As restrições à investimentos devem ser restringidas apenas aos problemas de segurança nacional.

- Expertise apropriada – Restrições à investimentos devem ser sopesadas entre análises especializadas e adequadas sobre a proteção à segurança nacional e sobre os benefícios dos investimentos públicos.
- Respostas sob medida – Se utilizadas, as medidas que restringem investimentos devem ser feitas sob medida para reduzir os riscos específicos à qual se direcionam, apenas nos investimentos específicos que ameaçam a segurança nacional.
- Último Recurso – Restrição aos investimentos devem ser a *última ratio* dos países para garantir sua segurança nacional.
- Prestação de contas – Procedimentos de supervisão governamental, parlamentar, controle judicial e análises de impacto regulatório devem ser tomadas pelo alto escalão do governo como forma de garantir sua publicidade e devem estar sujeitas ao escrutínio dos órgãos de controle.
 - Prestação de contas para os cidadãos – Todas as medidas que restringirem investimentos devem estar sujeitas ao escrutínio nacional. Os cidadãos poderão questionar a medida por meio de comissões parlamentares, revisão judicial e outras medidas que questionem a atitude governamental.
 - Mecanismos de prestação de contas internacional – Todos os países signatários desse acordo devem estar cientes de que almejam manter seus canais de investimentos abertos. Para tanto, o controle por meio de mecanismos internacionais, sobretudo o controle pela OCDE e países aderidos ao acordo devem ter voz para analisar criticamente medidas que restrinjam investimentos.
 - Revisão para investidores estrangeiros – Todos os investidores devem possuir canais judiciais e administrativos para questionar restrições aos seus investimentos. No que pese a segurança pública ser uma pauta que normalmente restrinja o acesso à revisão, os países devem procurar sempre facilitar esse canal para os seus investidores.
 - A última instância para decisões importantes deve residir no alto escalão – Decisões importantes que afetem grandes aportes de investimento e que criem precedentes sobre direitos de propriedade devem ser tomadas por funcionários de alto escalão, visto que afetam a nação em larga escala e porque exigem alta sofisticação e coordenação de análise.
 - Administração do setor público eficaz – O setor público do país recipiente dos investimentos deve conter um sistema de regras eficientes que garantam a qualidade dos seus servidores públicos ao analisar investimentos, revisar decisões, mitigar corrupção, influências políticas e conflitos de interesse.

6.6. Recommendation of the Council on Principles for Private Sector Participation in Infrastructure

A Recomendação do Conselho sobre Princípios para a Participação do Setor Privado na Infraestrutura (19/03/2007) é um instrumento legal, não vinculante, instituído pelo Conselho da OCDE em 2007. A Recomendação procura ajudar os países aderentes e suas empresas privadas de infraestrutura a financiar e realizar obras de interesse econômico: transportes, água, energia e telecomunicações.

Os princípios orbitam em torno de cinco eixos principais de atuação e 24 princípios. São esses:

- Sobre as decisões de natureza pública ou privada de serviços de infraestrutura
 - A escolha das autoridades públicas entre provisões públicas ou privadas devem ser baseadas em análises de custo benefício, levando em consideração todas as alternativas disponíveis para desenvolver o sistema de infraestrutura e os custos financeiros e não financeiros de todo o ciclo de vida do projeto.
 - Nenhum projeto, não importando o grau de investimento privado, deve ser levado a termo sem que seja feito um estudo estimando o quanto ele terá de retorno dos usuários finais e caso o retorno por tarifas não seja possível, quais são as fontes de financiamento que podem ser mobilizadas.
 - A alocação de risco entre setor público e privado deverá ser tomada principalmente utilizando o critério de quem tem a melhor capacidade de lidar com aquele problema em questão. A escolha da matriz de riscos deve ser fundamentada no interesse público.
 - A disciplina fiscal e a transparência devem ser sempre garantidas e os riscos para as finanças públicas ao compartilhar responsabilidades com o setor privado devem ser compreendidas pela administração e o público, garantindo orçamento para assumir potenciais perdas.
- Sobre a melhora do ambiente institucional
 - Um ambiente de negócios garantidor do investimento, que implica altos padrões de governança pública e privada, transparência e *rule of law*, incluindo a proteção aos direitos de propriedade e aos contratos é essencial para atrair a participação do setor privado.
 - Projetos de infraestrutura devem ser livres de corrupção em todos os níveis e em todas as fases. As autoridades públicas devem tomar medidas eficazes para garantir a integridade do setor público e privado e adotar procedimentos que criem desincentivos e punam a corrupção.
 - Os benefícios do setor privado nos projetos de infraestrutura são melhorados dentro de um contexto competitivo, submetendo as atividades a pressões comerciais, dismantelando barreiras comerciais desnecessárias e implementando normas de competitividade.
 - Acesso ao mercado de capitais para financiar obras de infraestrutura são essenciais para os participantes do setor privado. Regras que restringem o acesso ao mercado de capitais local ou o acesso ao financiamento externo, salvo considerações macroeconômicas, devem ser extintas.
- Objetivos, estratégias e capacidades em todos os níveis.
 - Autoridades públicas devem garantir consultas públicas com os cidadãos, usuários finais e *stakeholders* antes de iniciar um projeto de infraestrutura.

- Autoridades responsáveis por projetos de infraestrutura operados por atores privados devem ter a capacidade de se relacionar com as contrapartes privadas e aprender a administrar procedimentos comerciais.
- Estratégias para participação do setor privado na infraestrutura precisam ser compreendidas e os objetivos compartilhados por todos os níveis da administração pública.
- Mecanismos de cooperação entre jurisdições locais, regionais e nacionais precisam ser estabelecidos.
- Sobre a o funcionamento da cooperação público-privada
 - Para otimizar a participação do setor privado, as autoridades públicas devem comunicar com clareza os seus objetivos e políticas de infraestrutura. Devem estabelecer mecanismos de consulta pública para atores públicos e privados tanto para os objetivos de longo prazo como projetos individuais.
 - Deve haver ampla divulgação prévia de todas as informações relevantes ao projeto entre as autoridades públicas e seus parceiros privados, incluindo o estado da infraestrutura pré-projeto, padrões de performance, critérios de punição. O princípio de *due dilligence* deve ser obedecido.
 - As licitações devem garantir isonomia durante o processo, não discriminação entre empresas e transparência.
 - O acordo formal celebrado entre a administração e o concessionário devem ter ter critérios objetivos, verificáveis e tangíveis e deixar claro qual é a qualidade do serviço que será ofertado ao público. Devem conter matrizes de alocação de riscos para eventos imprevistos.
 - A regulação de serviços precisa ser outorgada para autoridades especializadas e competentes, bem financiadas e protegidas de influência partidária ou das partes que celebrarem contratos.
 - Renegociações são inevitáveis no longo prazo, mas devem ser conduzidas de boa-fé, de forma transparente e não discriminatória.
 - Mecanismos de resolução de disputas devem ser implementados e durarem todo o ciclo de vida do projeto de infraestrutura; devem ser céleres e imparciais.
- Sobre o incentivo da conduta empresarial responsável
 - Os participantes do setor privado devem sempre observar regras, princípios e padrões para conduta empresarial responsável.
 - Empresas privadas devem participar em projetos de infraestrutura de boa-fé e dispostas a cumprir todas as suas promessas.

- Participantes do setor privado, seus subcontratados e representantes não devem se voltar jamais para propinas e práticas irregulares para obter contratos, obter controle sobre ativos ou ganhar favores, nem devem aceitar fazer parte nestas práticas, durante projetos de infraestrutura.
- Participantes do setor privado devem contribuir com estratégias de comunicação e realizar consultas com o público usuário, consumidores, comunidades afetadas e *stakeholders* corporativos, para tentar desenvolver práticas que sejam aceitas por todos os envolvidos.
- Participantes do setor privado precisam entender as consequências vitais dos serviços que estão prestando às comunidades e das consequências de seus atos e precisam trabalhar com as autoridades públicas para evitar qualquer risco decorrente de sua atividade.

6.7. Recommendation of the Council on the OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment

Esta recomendação (OECD/LEGAL/0363) de 2008 foi votada pelo Conselho e seu propósito é adotar uma definição “*abrangente, comparável e atualizada*” de Investimento Estrangeiro Direto (IED), para servir de base para análises econômicas e formação de políticas públicas.

A Recomendação requer que os países acessantes ajustem suas definições internas e suas metodologias estatísticas internas para se adequar ao Benchmark definido pela OCDE. As definições da OCDE estão alinhadas com a o manual da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional do FMI e definições de conceitos do Sistema de Contabilidade Nacional das Nações Unidas (SCN).

O Benchmark em si consiste em artigo de 254 páginas que analisa a definição contábil, estatística e econômica das várias modalidades de investimento estrangeiro e define quais são os investimentos que podem ser considerados tecnicamente IED.

6.8. Recommendation of the Council on the Policy Framework for Investment

Em 2012 a OCDE aprovou o *Policy Framework for Investment*, que consiste em estudo, com regras não vinculantes, mas de caráter abrangente e sistemático, para melhorar o ambiente institucional de investimentos, levando em consideração ao que o *paper* denomina “novas forças mudando a forma do cenário internacional” e também com base nas experiências vividas pelos países membros.

O PFI lida com 12 diferentes áreas: políticas de investimento, promoção e facilitação do investimento, competição, comércio, taxaço, governança corporativa, finanças, infraestrutura, desenvolvimento de recursos humanos, políticas de conduta empresarial responsável, crescimento sustentável e governança pública. Todas recomendações com o intuito de aumentar bem-estar e não só maximizar o lucro individual das empresas multinacionais.

A Recomendação do Conselho discutida nesse item (OECD/LEGAL/0412) foi adotada em 2015 e consiste em uma recomendação aos países membros para que esses adotem o disposto na PFI o mais breve possível, com o intuito de: (i) facilitar a coerência de implementação de

políticas de investimento nos diversos níveis da administração dos países; (ii) fortalecer programas de cooperação e diálogo, além de discussões multilaterais sobre investimentos; e (iii) servir como referência internacional de guia de boas práticas. O conselho também recomenda que os países acessantes ou aderentes à recomendação utilizem o PFI como ferramenta de desenvolvimento e cooperação.

6.9. Declaration on Sovereign Wealth Funds and Recipient Country Policies

A declaração foi proferida no encontro do Conselho em nível ministerial de 2008. Consiste em um endosso do conselho para que os países membros da OCDE adotem políticas públicas favoráveis ao recebimento de investimentos pelos fundos soberanos, garantindo a entrada de recursos, mas preservando os interesses nacionais.

De acordo com a declaração, países recipientes não devem erigir barreiras à entrada de investimentos estrangeiros, não devem discriminar entre diferentes investidores, salvo se a política de não discriminação entre em conflito com a política de segurança pública nacional e, caso se torne inevitável adotar exceções, os países devem fazer isso de forma transparente, previsível, proporcional e passíveis de escrutínio em sua aplicação.

7. Observações finais

A presente pesquisa abordou a estrutura básica da OCDE, o Comitê de Investimentos e os instrumentos normativos que abordam a questão dos investimentos estrangeiros, vinculantes ou não. A questão que se apresenta para o Brasil é o fato de já ter aderido a uma série de instrumentos normativos relacionados a investimentos, mas ainda ter uma lista significativa a ser aderida.

Dentre as recomendações que o país já aderiu, destaca-se as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, que instituíram os chamados Pontos Nacionais de Contato e o Ombudsman para Investimentos Diretos. Os Pontos Nacionais de Contato funcionam como foros onde partes interessadas podem apresentar reclamações sobre questões ligadas à conduta empresarial responsável contra empresas multinacionais oriunda de país da OCDE ou aderente às Diretrizes. Já o Ombudsman atua na resolução de dúvidas e consultas de investidores estrangeiros e brasileiros, com vistas a garantir a segurança dos investimentos estrangeiros no país.

No Brasil, ambos foram incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 8.863, de 28 de setembro de 2016 e posteriormente alterado pelo Decreto nº 9.770, de 22 de abril de 2019, no contexto dos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (“ACFIs”) celebrados pelo Brasil. Hoje, a Câmara de Comércio Exterior (“CAMEX”) é responsável por exercer essas funções.

Em 2019, por meio do Decreto nº 9.885 de 27 de junho, foi instituído o Comitê Nacional de Investimentos, igualmente no âmbito da CAMEX. O Comitê atua como órgão deliberativo e consultivo destinado a harmonização de regras e formação de políticas públicas que incorporem boas práticas de investimentos.

Já quanto aos instrumentos não incorporados, a lista de recomendações as quais o Brasil ainda não aderiu são:

- Recommendation of the Council on the Policy Framework for Investment
- Recommendation of the Council on Guidelines for Recipient Country Investment Policies relating to National Security
- Recommendation of the Council on the OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment
- Recommendation of the Council on Principles for Private Sector Participation in Infrastructure
- Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and Related Measures concerning Access to Local Bank Credit and the Capital Market
- Resolution of the Council on the Draft Convention on the Protection of Foreign Property
- Declaration on Sovereign Wealth Funds and Recipient Country Policies.

Apesar de serem apenas recomendações e não possuírem valor vinculante, levantam a questão de o país estar ou não de acordo com uma série de dispositivos defendidos pela OCDE via suas Recomendações.

Baseando-se nos *Economic Surveys* existentes sobre o Brasil na OCDE, o artigo levantou cinco tópicos importantes que precisam ser endereçados institucionalmente antes que o país possa aderir às recomendações de forma substancial:

7.1. Financiamento ao Investimento

De acordo com a OCDE, um dos grandes problemas enfrentados pelo Brasil no que tange investimentos é a capacidade e opções de financiamento. O mercado de crédito corporativo de longo prazo brasileiro era, ao menos durante a elaboração do *survey* da OCDE, dominado quase que integralmente pelo BNDES. Embora esse valor tenha se reduzido ao longo de 2018 e 2019, o crédito subsidiado ainda possui um importante papel no país.

O sistema de crédito subsidiado brasileiro, segundo a Organização, seria incapaz de expandir – ou em alguns anos manter – a infraestrutura necessária ao país. Sendo assim, recomenda reformar o arcabouço regulatório do país para incentivar novas fontes de financiamento e fazer com que o BNDES deixe de ser o principal financiador de longo prazo.

Porém, longe de querer simplesmente ‘reduzir’ o BNDES, a Organização sugere que o banco deva assumir o papel de co-financiador, junto com entidades privadas e estimular o financiamento privado. Para além de funcionar como o organizador de credores multilaterais, o BNDES deveria focar seus gastos em setores com falhas de mercado ou setores que tenham dificuldade em obter investimentos privados, como por exemplo setores com alto grau de inovação e *start-ups*. Por último, o BNDES poderia reduzir o risco de financiamento dos projetos ao limitar os recursos aos ativos e fluxos do projeto, desta forma limitando as perdas dos investidores institucionais.

7.2. Indecisão e Problemas de Controle

Outra questão abordada pela OCDE é que os órgãos de controle como Ministério Público e Tribunal de Contas da União têm sido cada vez mais incisivos nas investigações de improbidade

administrativa e corrupção, consequentemente punindo gestores e paralisando obras. Atualmente existem vários órgãos de controle e instâncias decisórias questionando a lisura de emissão de licenças, contratos e parcerias governamentais. Para a Organização, há um problema de *accountability* e transparência em desacordo com o devido processo legal e direito recursal proposto pela OCDE.

De acordo com a própria OCDE, em seu relatório econômico sobre o Brasil, de 2018:

“Um fator que atrasa o licenciamento é que os gerentes do setor público podem ser considerados pessoalmente responsáveis por suas decisões. Na realidade, os executivos têm muito a perder se um juiz de uma avaliação posterior tiver uma visão diferente sobre o impacto de uma licença específica que o executivo tinha no momento da concessão desse licenciamento. Como resultado, os executivos públicos tendem a ser extremamente cuidadosos e tentam apoiar qualquer decisão com análise jurídica longa. Limitar as possibilidades de levar os funcionários públicos para um julgamento sobre suas decisões a casos de abusos ou de má-fé teria um potencial significativo de acelerar os procedimentos de licenciamento” (Relatórios Econômicos OCDE: Brasil 2018).

Este problema conjuntural de indecisão da administração pública por medo de represálias pelo poder judiciário e, em alguma medida pelo TCU, afeta principalmente a emissão de licenças, assim como a execução de licitações. Decorrente desses problemas, surge uma insegurança jurídica que coloca investimentos em infraestrutura, sobretudo aqueles cujo cliente é o poder público, em risco.

7.3. Tributos

Segundo a OCDE, o Brasil é um dos países com o pior ambiente de negócios dentre os membros da Organização.

O elemento mais importante, citado diversas vezes ao longo do estudo, é o sistema tributário fragmentado e focado em impostos sobre consumo (ou indiretos). A fragmentação, ou seja, múltiplas competências espalhadas por diversos atores criam riscos de bitributação, conflito de competências, guerras fiscais e insegurança jurídica. Os impostos sobre consumo, por sua vez, além de serem regressivos, são normalmente competência dos Estados, cada um com suas próprias normas, isenções e alíquotas, o que faz com que uma empresa que queira atuar em nível nacional enfrente litígios frequentes. O Brasil é de acordo com a OCDE e Banco Mundial o país do mundo onde as empresas mais gastam tempo para calcular a quantia de tributos devidos.

A solução proposta pela OCDE em 2018 está em linha com o que está sendo feito pelo Brasil em 2019: uma reforma tributária que unifique uma série de impostos sobre consumo estaduais em um imposto sobre valor agregado nacionalmente uniforme.

7.4. Concorrência

Outro ponto levantado pela OCDE é o baixo nível de concorrência praticado no país. Uma vez que a concorrência é baixa, empresas menos produtivas não são eliminadas do mercado, isso faz com que as empresas mais competitivas não se destaquem, o que prende recursos nas

empresas menos competitivas e trava a modernização e aumento da produtividade. O problema é agravado devido as barreiras de entrada e baixa concorrência internacional no país.

Reformas jurídicas e regulatórias que reduzam as barreiras de entrada e que tratem com isonomia as empresas entrantes e indústrias existentes, bem como otimização dos custos administrativos e emissão de licenças poderia agilizar o processo de abertura e fechamento de empresas, execução de obras e circulação de mercadorias.

7.5. Estruturação de Projetos

Segundo a OCDE, a falta de capacidade técnica de entes subnacionais em estruturar projetos de infraestrutura e Parcerias Público Privadas (PPPs) encareceu ou inviabilizou uma série de projetos de infraestrutura ao redor do país. Normalmente, quando a administração não consegue elaborar um projeto, esse pode ser feito por uma empresa privada, porém ela está impedida de participar da concorrência para a execução da obra. Como estados e municípios elaboraram poucos projetos, muitas empresas o fizeram. Consequentemente, estas empresas foram removidas do *pool* de potenciais competidoras e isso reduziu a concorrência, conduzindo a menos propostas e aumento dos preços. Também é sabido que o uso de concessões em projetos que não utilizam taxas de usuários também tem se revelado insatisfatórias.

A OCDE sugere a unificação de processos e procedimentos administrativos ao redor do país, fortalecimento do treinamento de agentes públicos encarregados de estruturar e promover concessões e PPPs. A organização também elogia a aprovação, em 2016, de uma lei voltada para parcerias em investimentos que instituiu a *Secretaria Executiva do Programa de Parcerias de Investimentos* vinculada à Presidência da República. Por fim, a OCDE pede para que o Brasil se atente as PPPs que incorporem tarifas pagas por usuários: normalmente, os países foram frustrados nestas experiências porque utilizaram informações contábeis e modelos de caixa imprecisos, fazendo, por diversas vezes, com que o empreendimento fosse inviabilizado.

8. Referências bibliográficas

BARBEZAT, Daniel. “The Marshall plan and the origin of the Oeec”. In: GRIFFITHS, Richard T. (Ed.). *Explorations in OEEC History*. OECD: Paris, 2009. (OECD Historical Series). pp. 33- 48. Disponível em: <<http://www.oecd.org/economy/explorations-in-oeec-history-9789264067974-en.htm>>.

BIAC. 2018. Disponível em: <<http://biac.org/>>. Acesso em: ago. 2019.

THORSTENSEN, Vera Helena; CORTELLINI, Anna Caroline Nunes; GULLO, Marcelly Fuzaro. *A OCDE como fórum de governança das empresas multinacionais*. 2018.

THORSTENSEN, Vera; GULLO, Marcelly Fuzaro. *OCDE e os códigos de capitais e intangíveis: código de liberalização de movimento de capitais e código de operações correntes intangíveis*. 2019.

GRIFFITHS, Richard T. (Ed.). *Explorations in OEEC History*. OECD: Paris, 2009. (OECD Historical Series). Disponível em: <<http://www.oecd.org/economy/explorations-in-oeec-history-9789264067974-en.htm>>.

MAHON, Rianne; MCBRIDE, Stephen. (Ed.) *OECD and transnational governance*. Vancouver: UBC Press, 2008.

_____. “Towards complex multilateralism?: civil society and the OECD”. In: MAHON, Rianne; MCBRIDE, Stephen. (Ed.) *OECD and transnational governance*. Vancouver: UBC Press, 2008. pp. 77-95.

MARSHALL, George. "The Marshall Plan speech address by General George C. Marshall US Secretary Of State Harvard University, 5 June 1947". Annex 1. In: GRIFFITHS, Richard T. (Ed.). Explorations in OEEC History. OECD: Paris, 2009. (OECD Historical Series). pp. 257- 259. Disponível em: <<http://www.oecd.org/economy/explorations-in-oeec-history-9789264067974-en.htm>>.

OCDE. 2019. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>>.

_____. Economic Surveys: Brazil, 2018.

_____. G20/OECD Principles of Corporate Governance, 2015. OECD Publishing, Paris. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/ca/principles-corporate-governance.htm>>.

_____. Guidelines on Anti-corruption and Integrity in State-Owned Enterprises, 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/ca/Guidelines-Anti-Corruption-Integrity-State-Owned-Enterprises.pdf>.

_____. OECD Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises, 2015 Edition, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <<http://www.oecd.org/corporate/guidelines-corporate-governance-soes.htm>>

_____. Convention on the Organisation for Economic Co-operation and Development. 1960. Disponível em: <<http://www.oecd.org/general/conventionontheorganisationforeconomicco-operationanddevelopment.htm>> . Acesso em: ago. 2019.

_____. Declaration on Sovereign Wealth Funds and Recipient Country Policies. 2008

_____. Recommendation of the Council on Guidelines for Recipient Country Investment Policies relating to National Security. 2009

_____. Recommendation of the Council on Member Country Exceptions to National Treatment and Related Measures concerning Access to Local Bank Credit and the Capital Market. 1987

_____. Recommendation of the Council on Principles for Private Sector Participation in Infrastructure. 2007

_____. Recommendation of the Council on the OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment. 2008

_____. Recommendation of the Council on the Policy Framework for Investment. 2012

_____. Resolution of the Council on the Draft Convention on the Protection of Foreign Property. 1967

_____. Responsible Business Conduct: The OECD Guidelines for Multinational Enterprises. 2015. Disponível em: <<http://biac.org/wp-content/uploads/2015/06/FIN-15-06-GUIDELINES-BROCHURE.pdf>>.

TUAC. 2018. Disponível em: <<https://tuac.org/>>. Último acesso em: ago. 2019.

WOLFE, Robert. "From reconstructing Europe to constructing globalization: the OECD in historical perspective". In: MAHON, Rianne; MCBRIDE, Stephen. (Ed.) OECD and transnational governance. Vancouver: UBC Press, 2008. pp. 25-42.

WOODWARD, Richard. The Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). New York: Routledge, 2009. (Global Institutions).